Políticas culturais e desenvolvimento socioeconômico: alternativas de produtores e articuladores culturais em Boa Vista, no estado de Roraima

Elena Campo Fioretti

Stefano Florissi

Resumo: O Estado de Roraima por sua localização geográfica e formação sociocultural apresenta características que permitem compreender que a identidade dos grupos local é fruto do contato e interação entre os diferentes atores sociais presentes e se materializa na peculiar produção cultural que esta refletida nas suas diversas manifestações. Este artigo procura apresentar como o poder público pode promover o desenvolvimento social e econômico a partir da adoção de políticas culturais eficientes e como os produtores culturais buscam alternativas para produzir e divulgar suas atividades no Estado de Roraima.

Palavras-chave: Roraima, Desenvolvimento Socioeconômico, Políticas Culturais, Produtores culturais, Boa Vista.

Introdução

A dinâmica cultural quando pensada na perspectiva da formação da identidade das sociedades ou dos indivíduos na atualidade toma como premissa a compreensão da sua complexidade. Desta forma esta abordagem parte do princípio da necessidade de aprofundar algumas questões conceituais evitando a redução e a simplificação do entendimento de termos e da visão que suas faces e significados proporcionam.

Stuart Hall chama a atenção que “o próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (HALL 2005, p.12). Assim quanto maior for o contato e o acesso a outras sociedades “os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam” (HALL, 2005, p.13) fazendo com que as pessoas sejam confrontadas por múltiplas identidades, com as quais cada indivíduo poderia, mesmo que temporariamente, se identificar.

Questões como essas estimulam os estudos, nas mais variadas áreas do conhecimento, que buscam compreender as relações humanas e suas implicações sociais e de como é projetada a idéia que temos de nós mesmos enquanto entes culturais; de como perceber que as interações significantes com outras pessoas, grupos ou sociedades, produzem o significado de construir autonomia, processos criativos e noção de pertencimento.

Ao estudar as relações humanas, a partir do contato entre diferentes grupos, a Antropologia estabelece que, por uma visão instrumental e histórica, a cultura “é um sistema de formas significativas da ação social. É um meio pelo qual um povo define e produz a si mesmo enquanto entidade social em relação a sua situação historia em mudanças”, (TURNER 1994, apud SAHLINS, 1997, p. 122). Em uma relação de respeito e valorização, promovem o crescimento e a evolução do homem. É quando o homem se humaniza frente às diferentes formas de compreender e viver em um mundo de contrastes.

Com base nesse entendimento Manuel Vico e Mareia Rivero (2008) referem-se à definição operativa proposta por Néstor Canclini para quem “a cultura abrange o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação da vida social” sugerindo que cada vez menos se utilize o termo como substantivo “cultura” e cada vez mais com adjetivo “cultural” para enfatizar as zonas locais e globais em que as dinâmicas de interculturalidades têm lugar. (CANCLINI, 2004, p. 34 apud VICO e RIVERO, 2008)

Turner (1993) observa ainda que a sobrevivência cultural em um mundo contemporâneo consiste na tentativa dos povos se apropriarem desse mundo em seus próprios termos. Em decorrência, o vínculo com o movimento de autoconsciência mantém o perfil dessas sociedades, garantem a sua continuidade para além deste ir e vir de pessoas que as criam e as renovam. Essa autoconsciência associada às exigências políticas é para Sahlins (1997), um fenômeno próprio do final do século XX. O mundo se torna complexo e na vivência humana “descobrem-se novas formas de linguagem e de valores, com expressões simbólicas diversas, fruto de um novo contexto histórico e cultural”. (SCOPINHO, 2004, p.77)

Cultura e desenvolvimento humano

A Cultura, qualquer que seja o conceito que se queira empregar, deve ser entendida como um processo contínuo e que conduz o ser humano a realizar-se objetiva e subjetivamente. A produção cultural de um grupo ou sociedade expressa valores intrínsecos, estabelecendo marcos identitários que reforçam laços e estimulam a vontade de compartilhar esses valores com outros grupos.

A convivência e coexistência entre as diversas e diferentes culturas é um fato que dá sentido as relações humanas. Por tanto “a diferença é antes de tudo uma realidade concreta, um processo humano e social, que os homens empregam em suas praticas cotidianas e se encontram inseridas em um processo histórico” (SEMPRINI, 1999, p.11). Essas relações que se estabelecem entre o “eu” e o “outro” formam a base da diversidade cultural das sociedades onde o poder, os padrões de comportamento e os valores devem ser considerados nas discussões sobre essas diferenças. A diversidade deve ser percebida como um conjunto de individualidades, conexões compostas por muitas diferenças que se cruzam, se encontram e desencontram, estimulada pelos deslocamentos e movimentos presenciais e virtuais, fortalecida pela globalização.

A noção da cultura enquanto base estruturante da vida social associada ao desenvolvimento humano tem sido protagonista dos enfoques presentes nos projetos

políticos quando defendem a importância da cultura para congregar esforços para a construção de um mundo melhor. Alejandra Radl informa que “o verdadeiro desenvolvimento é aquele que coloca o homem no centro desse processo e lhe outorga a possibilidade de ascender a uma experiência mais plena e mais valiosa”. (RADL, 2000, p.1)

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos muitos são os eventos onde as questões referentes à cultura passaram a fazer parte dos temas nas agendas de organismos internacionais como a UNESCO. O reconhecimento da cultura como inerente aos diferentes grupos humanos, presente nos debates internacionais fomentaram a elaboração de documentos voltados para a cooperação cultural instruindo, segundo Rangel (2008), instrumentos jurídicos e textos normativos que conjeturam diretamente a formulação de políticas culturais dos Estados nacionais. Estes documentos expressam as preocupações e se reportam aos interesses coletivos da sociedade e por isso devem constar na pauta das prioridades e das atitudes dos governos quando desses instrumentos tornam-se signatários.

Cultura e desenvolvimento social

A relação entre cultura e desenvolvimento foi expressa pela primeira vez, na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, conhecida como Mondiacult, ocorrida no México em 1982, sublinha o elo entre economia e cultura, entre desenvolvimento econômico e cultural e esboça princípios para políticas culturais fundadas no reconhecimento da diversidade entre os grupos humanos.

Esta Conferência produz um documento reconhecendo as transformações ocorridas no mundo neste final de século, provenientes dos avanços tecnológicos e científicos e os múltiplos conflitos surgidos diante de dificuldades econômicas e sociais e define como princípios, além das políticas culturais voltadas para a Identidade Cultural, a dimensão cultural do desenvolvimento, a cultura e democracia, o patrimônio cultural, a criação artística e intelectual e a educação artística; as relações entre cultura, educação, ciência

e comunicação, o planejamento, a administração e o financiamento das atividades culturais, a cooperação cultural internacional, e ainda, afirma o papel da UNESCO nessa conjuntura.

Na sessão específica para o entendimento da dimensão cultural do desenvolvimento, a Declaração reconhece que a cultura é elemento fundamental do processo de desenvolvimento e contribui para fortalecer a independência, a soberania e a identidade das nações. Afirma que o desenvolvimento autêntico persegue o bem estar e a satisfação constante de cada um e de todos. Neste sentido o desenvolvimento supõe a capacidade de cada indivíduo e de cada população para informar-se, aprender e comunicar suas experiências.

Em 1996, o informe Nossa Diversidade Criadora, da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento cuja Assembléia foi convocada pela UNESCO, conclui que cultura e desenvolvimento são sinônimos e que, ao mesmo tempo em que as atividades culturais promovem o desenvolvimento econômico, as políticas de desenvolvimento devem ter uma face humana que leve em conta a própria cultura. Significa dizer que a cultura deve ser considerada como base de desenvolvimento e em conseqüência toda política de desenvolvimento deve inspirar-se nos fatores culturais próprios de cada sociedade, ou seja, a cultura deve ocupar lugar de destaque nos processos de formulação de políticas de desenvolvimento sejam de caráter econômico ou social.

Cultura e desenvolvimento econômico

A percepção dos conteúdos da cultura na economia, com base no enfoque dos estudos de Throsby (2001), considera que as relações e os processos culturais existem dentro de um entorno econômico e o funcionamento do sistema econômico se encontra dentro de um contexto cultural. Com esse entendimento é possível determinar a noção de cultura como economia e interpretar a cultura como algo incluído no meio econômico. Para esclarecer esta condição lógica Throsby pondera a proposição de “que a produção e o consumo de cultura podem situar-se dentro de um processo industrial e que os bens

e serviços produzidos e consumidos podem ser considerados como mercadorias nos mesmos termos que outras mercadorias produzidas no sistema econômico”. (THROSBY, 2001, p. 26). Os produtos culturais são fruto de atividades especializadas que processam na chamada indústria cultural.

Throsby (2001) reconhece o papel da cultura no processo de desenvolvimento econômico uma vez que o comportamento de um grupo social está diretamente relacionado ao conjunto de valores e fatores culturais que se fazem representar nessa sociedade. Com isso os padrões de preferência do grupo modelam seu comportamento econômico. Este autor diz que é possível sugerir três questões que podem afetar os resultados econômicos dos grupos: a questão da eficácia econômica através da promoção de valores compartilhados dentro do grupo que condicionam as formas de como esse grupo assume os processos de produção econômica; a equidade que se dá nas decisões de aporte de recursos do grupo voltadas para resultados equitativos para os seus membros; e, nos objetivos econômicos e sociais que o grupo decide perseguir.

Portanto, os efeitos da cultura sobre o comportamento individual ou do grupo se refletirá nos resultados coletivos ou das nações em termos sociais e econômicos. E cita como exemplo:

Em escala agregada, poderíamos observar a influencia da cultura nos resultados macroeconômicos medidos segundo indicadores de eficácia como a taxa de crescimento do PIB per capita, as taxas de mudança tecnológica, os níveis de emprego, os índices e direções de mudanças estruturais e segundo os indicadores de equidade tais como padrões de distribuição de renda, os programas de bem estar social (especialmente o cuidado com os idosos e dos enfermos), a oferta de serviços comunitários e a vontade de estabelecer programas de investimentos públicos de longo prazo. (THROSBY, 2001, p. 76)

A pesquisa Mundial de Valores, realizada em 2005, para mapear os valores humanos tem como importante contribuição, segundo Reis (2007), o fornecimento de informações para análise da influencia dos valores culturais sobre o nível de desenvolvimento econômico e o impacto do desenvolvimento econômico sobre os valores culturais

reconhecendo que a cultura não só influenciaria o desenvolvimento econômico como também seria por ele influenciada.

Com essa visão “a cultura influencia a decisão econômica, e por isso o seu peso no desenvolvimento socioeconômico” (VALIATTI E FLORISSI, 2007, p. 16), onde aspectos como a taxa de alfabetismo, o nível de nutrição, entre outros, fazem parte de um sistema cultural que são refletidos na atividade econômica total de uma sociedade.

Cultura e políticas culturais

Com o intuito de chamar a atenção da importância da cultura principalmente nos países em desenvolvimento, a UNESCO, estabeleceu a Declaração da Década Mundial da Cultura compreendida para o decênio 1988 a 1997, que culminou com o trabalho da Comissão Mundial das Nações Unidas para a Cultura e Desenvolvimento, em 1998. Esta Comissão organizou a Conferência Internacional sobre Políticas Culturais recomendando a adoção de cinco objetivos políticos que deveriam ser seguidos pelos Estados: fazer da política cultural um dos componentes chaves da estratégia de desenvolvimento; promover a criatividade e a participação na vida cultural; reforçar a política e a prática para promover as indústrias culturais e salvaguardar e valorizar o patrimônio cultural; promover a diversidade cultural e lingüística na e para a sociedade da informação; e, aportar mais recursos humanos e financeiros ao serviço do desenvolvimento cultural.

A UNESCO em 1967, na reunião preparatória da Conferência de Veneza, quando propôs aos governos que reconhecessem as ações culturais como inerentes às políticas públicas, define o conceito de política cultura como o “conjunto de práticas sociais, condizentes e deliberadas, de intervenção ou não intervenção, com o objetivo de satisfazer certas necessidades culturais da população e da comunidade, mediante o emprego ótimo de todos os recursos materiais e humanos de que dispõem uma sociedade em um determinado momento e devem ser tomada como um corpo de

princípios operacionais práticas e procedimentos administrativos e pressupostos que promovem uma base de ação do Estado”.

Ana Carla Reis (2007) chama a atenção para o entendimento de política cultural com base nas proposições de Nestór Garcia Canclini e George Yúdice, que tratam da “transversalidade da cultura”, defendendo a integração da cultura nas demais políticas públicas, como um requisito básico para promover o desenvolvimento sustentável.

Assim, tem-se a política cultural como uma intervenção do Estado e dos demais agentes e entidades, de forma integrada aos demais setores, articulada e democrática, dirigida para a produção, distribuição, divulgação e uso da cultura em suas diversas formas de manifestação, com o intuito de promover o desenvolvimento social e econômico da localidade onde ela for implantada.

Se há investimento em arte e cultura, o acesso a esses bens aumenta e com isso a população amplia visões, aprimora o senso crítico. O acesso deve se dar publicamente para que as instituições possam desempenhar bem o seu importante papel de cunho social. Desta forma, cabe ao poder público enquanto promotor de políticas públicas, o acesso dos cidadãos aos direitos culturais, incluindo o fomento a essa produção, o estímulo a difusão de bens e serviços culturais e a proteção do patrimônio cultural, estabelecendo políticas culturais enfim.

Atividades culturais como identificador de grupos sociais

É certo que na “globalização do mundo”, expressão usada por Ianni (1999), a vida ganha novos contornos ao se modificar, transformar, recriar ou anular fronteiras reais e imaginárias fazendo emergir a complexa sociedade global que se move em todas as direções; troca o local pelo global; pluraliza suas identidades. As modalidades de tempo e espaço, com a globalização, são alteradas quando disponibiliza o acesso aos meios de comunicação e informação, re significa a divisão do trabalho e disponibiliza os diferentes mercados aos indivíduos. Na análise de Siderkum (2003) um mundo globalizado cria o fenômeno de desterritorialização e descentramento, quando aponta

os efeitos instaurados pela globalização e mundialização com a reconfiguração de identidades culturais que se manifestam como híbridas, fragmentadas e transitórias.

Este fenômeno, legitimado pelas migrações, reforçado por assimetrias sociais e econômicas, movimenta grandes contingentes humanos que se deslocam para os centros produtivos e financeiros, configurado na atualidade pelas sociedades urbanas. Decorrências de diversos fatores que promoveram profundas mudanças nas sociedades iniciadas de maneira mais enfática na segunda metade do século XX, quando se estabelece a transmutação para a pós modernidade, este século XXI esta se conformando pela movimentação de pessoas oriundas de países pobres para os mais ricos e o êxodo das áreas rurais para os centros urbanos.

Impulsionadas pela busca de oportunidades, melhoria da qualidade de vida, acesso a bens de consumo e melhores condições de trabalho e renda, devido ainda a mecanização da produção agrícola e maiores investimentos públicos em infraestrutura básica, educação e saúde nos centros urbanos, as migrações favorecem o encontro dos diversos, que se estabelecem principalmente nos bairros mais populosos das grandes cidades.

Com as migrações para os centros urbanos, as cidades contemporâneas são povoadas por uma “variedade de modos de vida que se diferenciam pelas línguas, estéticas e vestimentas [...] dando lugar a novos processos de transculturação” (SIDERKUM, 2003, p.21). As cidades, desta forma, tornam-se campo de forças simbólicas onde as tensões sociais se intensificam e os conflitos gerados confrontam categorias como o tradicional e o moderno, o artesanal e o industrial, o popular e o erudito, local e o global.

Neste aspecto as cidades se apresentam como lugares de culturas híbridas e sintetizam como as identidades sociais são construídas na atualidade que se anunciam nas atividades culturais manifestadas em suas diferentes formas e linguagens. É sobre essa nova égide que a cultura se revela. Consciente da intrincada relação formada nos centros urbanos onde os lugares são concebidos e as fronteiras culturais são

reconsideradas; os grupos sociais ao apoderar-se da cidade criam a possibilidade de um “retorno à encenação da identidade como iteração e re-criação do eu no mundo [...], o re-estabelecimento da comunidade fronteiriça da migração” que rompe a “barreira do tempo de um ‘presente’ culturalmente conluiado” (BHABHA, 2005, p.29), e passa a negociar com a cultura do novo lugar.

Nas cidades os movimentos culturais se expressam e nelas, o movimento dos tempos atuais que consolida a pós-modernidade na cultura contemporânea. Sendo as cidades lugares de encontro “a expansão urbana é uma das causas que intensificaram a hibridação cultural” (GARICA CANCLINI, 2000, p. 285). Hibridação que se dá em múltiplos sentidos quando defrontam questões de exclusão social, ocupação e uso dos espaços, meios de produção e consumo de bens e serviços, acesso a informação, oferta e domínio de tecnologias, produções artísticas e culturais e suas formas de difusão.

Políticas públicas para a cultura no Brasil

Em 2004, a cidade de São Paulo cedia o Fórum Cultural Mundial, em sua primeira Conferência Global, congregando representantes de quase todos os países colocando a cultura no centro da discussão sobre a sua importância no mundo contemporâneo.

O Fórum Cultural Mundial publica a “Carta de São Paulo” sinalizando os direitos culturais como integrantes dos direitos humanos destacando que cada sociedade, grupo social e indivíduo tem um patrimônio cultural singular, que vão além das expressões artísticas, refletido em um sistema de valores, um modo de pensar, fazer e sentir próprio, a partir do qual se dá a sua identidade. Reconhece a cultura como uma das dimensões do desenvolvimento humano, do crescimento econômico e das trocas internacionais de bens, serviços.

Neste período, o Ministério da Cultura, MinC, recebe uma nova estrutura e três Secretarias são criadas em substituição as outras existentes: Secretaria de Formulação e Avaliação de Políticas, Secretaria de Desenvolvimento de Programas e Projetos e,

Secretaria de Articulação Institucional, todas ligadas ao Gabinete do Ministro. Frederico Barbosa (2007) ressalta duas novas linhas de atuação do MinC com a criação de um programa de apoio às iniciativas culturais nas periferias e no interior do País, entendendo que as estratégias para as medidas de fortalecimento da cultura precisavam ser continuadas e intensificadas, tendo a cultura como um campo institucional passível de ser organizado com vista à democratização das relações sociais e simbólicas.

Como apoio para a erradicação da pobreza e a geração de emprego através das atividades culturais o Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil do MinC, tem destaque o Programa Cultura Viva com o objetivo de reconhecer, estimular e dar visibilidade a iniciativas culturais de todo o Brasil, que valorizem a cultura como meio de consolidação da identidade e de construção da cidadania, considerado como um “carro-chefe” da política de promoção e proteção da diversidade cultural, de acesso à cultura e de inclusão digital.

Este Programa, conforme registra o MinC foi concebido como uma rede orgânica de criação e gestão cultural, mediado pelos **Pontos de Cultura**, cuja principal ação é ser “a referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras” (MinC, 2010). Desta forma o Ministério da Cultura defende os pontos de cultura como um mediador na relação entre Estado e sociedade, formando rede, agregando agentes culturais que articulam e incentivam um conjunto de atividades nas comunidades, como uma alavanca para um novo processo sociocultural.

Roraima e as potencialidades da criativa cidade Boa Vista

Por sua localização geográfica e razões do processo de ocupação colonizadora do País, Roraima, mesmo com a estratégia de “ocupar o vazio demográfico”, teve a dinâmica de sua ocupação diferenciada, orientando o perfil da formação da sociedade local.

A cidade de Boa Vista, com melhor infra-estrutura, oferta de bens e serviços públicos e privados, com a maior presença do poder público, é o centro mais dinâmico do Estado e concentra 62% da população, (SEPLAN, 2003). Atrai o imigrante em busca de melhoria de suas condições de vida e estimula as migrações internas já que outras as cidades do Estado e a zona rural não dispõem das melhores condições estruturais.

A cidade passa a ser o lugar de muitos, favorecida pelo fluxo migratório, próprio das sociedades contemporâneas, acompanhando uma tendência atual, estabelecendo o perfil das sociedades multiculturais.

Alexandre Diniz e Reinaldo Santos (2006) chamam a atenção para a impressionante capacidade de adaptação dos migrantes de Roraima neste novo destino que é a cidade de Boa Vista formando grupos de ajuda, contando uns com os outros. Desta forma estabelecem uma rede de solidariedade fortalecida pela exclusão social e econômica que, em muitos casos estão submetidos, desterritorializando processos simbólicos, reorganizando novas fronteiras culturais, resignificando a divisão do trabalho, a vida e seus elementos culturais. Como estratégia de sobrevivência no novo território, as incessantes relações entre os migrantes e as populações tradicionais, produz uma sociedade complexa e diversificada dentro de um “ambiente cultural fluido”, marcado por conflitos e profundas contradições, de múltiplas situações de encontro e da diversidade social, cultural e étnica, conforme expressa Carla Monteiro de Souza, pesquisadora de História da Universidade Federal de Roraima, se referindo aos processos migratórios em Roraima.

A cidade de Boa Vista, em função da expansão urbana, concentra a produção e consumo de bens e serviços culturais e um expressivo contingente de ameríndios locais e regionais representantes de vários estados brasileiros. É na cidade de Boa Vista que os maiores eventos se realizam tanto da produção local, como os carnavais, os arraiais juninos, as apresentações teatrais, musicais e as exposições das artes visuais, onde circula a produção literária local, bem como as atrações de grande vulto como os shows e espetáculos nacionais e internacionais. Em Boa Vista, estão os principais

equipamentos culturais como o Museu Integrado de Roraima, a Biblioteca Pública Estadual, o Teatro Carlos Gomes, os espaços culturais do SESC/RR, as sedes das universidades públicas e das faculdades privadas, os auditórios dos órgãos governamentais e das entidades privadas, as salas de cinema, o maior número de praças, os anfiteatros, os pontos de lazer atrelados às atividades culturais, os bens edificados identificados como representativos da história e da memória da sociedade local, os restaurantes com a gastronomia regional e internacional, o Palácio da Cultura.

Artistas e produtores culturais, em função da maior facilidade da difusão e distribuição de seus trabalhos, e por estarem no centro consumidor do Estado, procuram se estabelecer na cidade de Boa Vista, favorecendo o surgimento de núcleos e movimentos de artistas e produtores culturais. Nesta perspectiva a noção da satisfação de consumo cultural, no sentido que vai além da apropriação de bens, ganha significado e com o acesso à produção, reforçado pelo acesso à informação, ampliam a capacidade de consumo dos indivíduos.

Desta forma é possível compreender a cidade de Boa Vista enquanto espaço econômico criativo, que de acordo com Landry (2000), para vislumbrar desse perfil a cidade precisa dispor de indústrias culturais, diversidade étnica, sociedades com perfil multicultural, vizinhança solidária e identidade, sendo, por isso, considerada como um centro de conhecimento com grande capacidade produtiva e, conseqüentemente, com maior competitividade econômica.

Redes de cultura em Roraima: processo em construção

Entendendo a cultura como processos sociais de produção, circulação e consumo da significação da vida social onde a dinâmica da interculturalidade tem lugar, conforme propõe Néstor Canclini e compreendendo que a formação da sociedade de Roraima se dá pelo contato e interação entre os diferentes grupos e que o sentido da vida, suas práticas e significados são construídos na interseção de muitas culturas, é possível

conceber o intenso movimento da construção de identidades locais que se materializam na produção cultural e se refletem nas suas diversas manifestações.

Desde o início do Século XX, tem-se registro da existência de uma importante produção artística nessa região. Destaque se dá para a música com a composição e organização de grupos instrumental que introduziam novos procedimentos para a produção cultural local. Outras formas e linguagens culturais provenientes dos hábitos dos ameríndios locais e as ensinadas nos grupos escolares, como o canto, as artes plásticas e cênicas trazidas por missionários religiosos e professores iam incorporando novos elementos fortalecidos com as frentes migratórias que se estabeleciam, criando novos costumes, padrões alimentares, expressões idiomáticas, modos de manifestar a cultura.

A gestão cultural em Roraima atualmente é, antes de qualquer coisa, um grande desafio uma vez que o setor cultural do Estado, desde sua implantação, não tem recebido significativa atenção por parte dos agentes públicos ocasionando um enfraquecimento deste setor, dificultando as estratégias que podem fortalecer os processos culturais e até a noção de identidade em seu caráter coletivo.

Os equipamentos culturais públicos não foram modernizados ou acrescidos em unidades e encontra-se em precárias condições de conservação. Os acervos bibliográficos são insuficientes, desatualizados e não estão informatizados. Muitos espaços encontram-se fechados, subutilizados ou são inadequados às práticas e atividades culturais. Espaços privados são insuficientes, com ambientes inadequados e estão concentrados na capital Boa Vista. O setor público de cultura de Roraima, em nível estadual e municipal, encontra-se frágil e desestruturado.

Diante desse quadro os produtores culturais de Roraima, amparados nas políticas culturais adotadas a partir da nova estruturação do Ministério da Cultura, se organizam com a perspectiva de consolidar esforços e se reinventam buscando a oferta dos programas ofertados por esse Ministério, principalmente o Mais Cultura, permitindo a alocação de recursos, a partir de 2009, para instalação de Pontos de Cultura.

A organização dos segmentos promoveu a criação de redes com a instalação de pontos de cultura no município de Boa Vista e em outras duas localidades de Roraima, fortalecendo as artes cênicas principalmente com destaque para o grupo de teatro “A Bruxa tá Solta” desenvolvendo projeto de intervenção em comunidades mais desfavorecidas na região sul do estado de Roraima, e, ainda a criação de coletivos como Caimbé de literatura, referenciando o projeto “Caminhada Literária” que, dentre as atividades, vale citar a criação de bibliotecas comunitárias formadas a partir de doações de livros, para serem instaladas em comunidades indígenas e, o coletivo Canoa de musica desenvolvendo excelente trabalho com o projeto “Circuito Cultural” que leva musica e oficinas de artes para as sedes dos municípios de Roraima. E esses segmentos atuam em redes locais, regionais e nacionais, formando grandes teias permitindo a discussão, troca de experiências e agregando informações que possam fortalecer o segmento e o movimento da cultura em sistemas de sinergias.

Outra iniciativa importante refere-se a instalação do Fórum Permanente de Cultura, a partir da necessidade dos “produtores, promotores, gestores e a sociedade engajada no desenvolvimento da cultura, em contribuir para que políticas de cultura sejam elaboradas e implementadas num espaço democrático e aberto ao diálogo, a interação e ao debate de proposições e sugestões, orientando ações que democratizem o acesso e fomentem a produção cultural de qualidade. E ainda para que os produtos culturais sejam disseminados e distribuídos de forma equitativa, atuando como efetivo instrumento de desenvolvimento e inclusão social, não só para o público do Estado, mas de todo o Brasil”, conforme aprova a Carta de Princípios desse Fórum (2009).

Considerações finais

O Estado de Roraima deve ser observado como uma localidade, conforme a historia de sua ocupação demonstra que se consolida num ambiente mundial em que novos modos de organização da sociedade se estabelecem e se caracterizam como urbanas. As cidades se configuram, neste contexto, como lugares de encontros, de migrantes e por isso complexas e dinâmicas.

Como forma de descentralizar o acesso a produção e aos bens culturais, permitindo que uma parcela maior da população possa participar de forma mais ativa do consumo cultural, a cidade de Boa Vista precisa ser provida de recursos culturais mínimos para que as pessoas tenham acesso a uma cesta de bens culturais diversificadas e que se disponibilize espaços culturais modernizados e em plenas condições de uso para a troca de experiências e vivências para um aprendizado da produção simbólica. Ampliar os espaços públicos para a difusão da cultura implica em possibilitar a circulação e a interação de produtos e produtores culturais, fazendo com que a cultura seja um qualificador do processo de desenvolvimento. Equipamentos culturais como bibliotecas públicas, salas de leituras, salas de cinemas, centros culturais, livrarias, museus e teatros, devem ser visto como importante ferramenta que fortalecem os setores sociais através de ações culturais e como um formidável mecanismo de medida da atuação do setor cultural na promoção da melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade e para a tomada de decisões dos diferentes atores da sociedade.

Desta forma é importante a presença do setor público com eficiente política cultural para garantir a oferta desses bens em quantidade ótima, bem como promover uma política de eventos capaz de gerar efeitos. Ademais é necessário implementar uma política cultural, enquanto conjunto de medidas sistemáticas, institucionalizadas e de caráter contínuo a fim de fomentar o setor cultural e contribuir para a organização e fortalecimento das cadeias produtivas da cultura em Roraima.

Com a adoção de políticas culturais desenvolvidas dentro de um plano de governo, demonstra claramente a capacidade do produtor cultural em acessar recursos e organizar atividades que além de fortalecer o fazer cultural disponibilizam a sociedade a fruição de sua produção e as redes, alternativas encontradas pelo produtor cultural em Roraima, são formas eficientes de promover o desenvolvimento da cultura local.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Frederico, et all. – *Cultura, consumo e direitos, Seminário Internacional de Economia da Cultura*, texto em PDF. Disponível em: <www.fundaj.gov.br/noticia/>, consultado em 8.9.2007.

BARBOSA da Silva, Frederico A. *Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento*. Coleção Cadernos de Políticas Culturais, vol. 3. Brasília: Ministério da Cultura e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2007.

BHABHA, Homi K. *O local da Cultura*. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DINIZ, Alexandre M. A. e SANTOS, Reinaldo Onofre dos. *Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima*. Texto em PDF, disponível em: <www.abep.org.br>, 2006, acesso em 25.02.2009.

FIORETTI, Elena C. *Políticas Públicas para a Cultura como fator de desenvolvimento social e econômico em Roraima*. Dissertação de Mestrado. Roraima: MINTER UFRGS/UFRR, SUFRAMA, 2009.

FORUM PERMANENTE DE CULTURA. *Carta de Princípios*. Disponível em: <forumdeculturarr(grupos)@yahoo.com.br>.

GARCIA CANCLINI, Néstor. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 3ª edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2000.

_____. *Leitores, espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

_____. *Consumidores e Cidadãos*. Trad. Mauricio Santana Dias. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

_____. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 10. ed. 2005.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LANDRY, Charles. *Londres como uma cidade criativa*. Disponível em: <www.cpu.gov.hk>. Acesso em 25 de março de 2011.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Portal do MinC. Disponível em: <www.cultura.gov.br>. Acesso em 22 de março de 2011.

OLIVEIRA, Elidado Rodrigues de. *Cidade Criativa: Perspectiva de desenvolvimento socioeconômico em Boa Vista (RR)*. Dissertação de Mestrado. Roraima: MINTER UFRGS/UFRR, SUFRAMA, 2010.

SAHLINS, Marshall. O “*pessimismo sentimental*” e a *experiência etnográfica*: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte II). *Mana* 1103 – 150. Rio de Janeiro, 1997.

SIDERKUM, Antonio (Org). *Alteridade e Multiculturalismo*. Rio Grande do Sul: Editora UNIQUÍ, Ijuí, 2003.

SOUZA, Carla Monteiro de. *A História Oral e os Estudos Migratórios na Amazônia Brasileira: o caso de Roraima*. Texto disponível em: <http://sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Carla_Monteiro_Souza, acesso em 20.02.2009.

THROSBY, David. *Economía y Cultura*. Trad. De Cristina Piña y Maria Condor. 1. ed. Cambridge University Press, Madri, Espanha, 2001.

TURNER, Terence. *De cosmologia a historia: resistência, adaptação e consciência social entre os kayapó*. Em *Amazônia Etnologia e historia indígena*. Série Estudos. Núcleo de História Indígena e Indigenismo, São Paulo: USP, 1993.

VILIATI, Leandro e FLORISSI, Stefano (orgs.) *Economia da Cultura – Bem-estar econômico e evolução cultural*. Rio Grande do Sul: Ed. UFRGS, 2007.